

O BERÇO da CREI

ASSINATURA: Anua, 20\$00; Trimestre, 5\$00; Avulso, 5\$0

Semanário nacionalista

Propriedade da Empresa
Editor — ANTONIO LINO

DIRECTOR: H. ALMEIDA

Redacção e Administração — Rua da República, 48-1.
Impressão: Tip. Minerva — Vila Nova de Famalicão

O M E I O

Ao Prof. sr. Carneiro Pacheco
Ministro da Educação Nacional

CARREL, o vigoroso e admirável autor de «*L'homme, c'est inconnu*» — acaba de escrever uma interessante página, em revista dolico-dôce de família burguesa ao serão — à-cêrca do ambiente psicológico, afirmando que somos todos mais ou menos vítimas dêle.

E' que é tremendo pensarmos nesse fenómeno...

Então — não indo para a *Trapa* ou mais possível e proximamente para *Singeverga* — não nos ensimesmando e retirando-nos da circulação como velha nota de banco, demasiado suja e rôta — sucumbiremos ao meio, a êsse terrível e tremendo ambiente psicológico que nos cerca?

Não o queremos crer!

E, ao contrário, queremos revoltar-nos contra êle — combatê-lo e tentar melhorá-lo.

Sim, o ambiente é deletério: num meio paralelo em condições materiais, nós sucumbiamos por falta do indispensável oxigénio — e morriamos intoxicados ao pouco tempo...

Vamos reagir.

Mas contra quê?

Contra os preconceitos, primeiro que tudo!

Falou, o grande Sardinha, das *falsas ideas claras*: ainda estamos eivados delas — vivendo agarrados a elas...

Falamos de organização — de corporativismo — e continuamos fortemente ancorados e magnetizados aos mais firmes e inabaláveis princípios individualistas.

(Não há dez lavradores, do vosso concelho que deixem, sem protesto, qualquer fiscalização penetrar na sua adega — o mesmo se passando com respeito a cinco proprietários de fábricas...).

«O divórcio... que diabo, não lhe toquem, vão ferir susceptibilidades... é o diabo...»

«O Cristo nas escolas... mas é preciso ver... que

diabo } uma cruz, mesmo não benzida...
 } uma cruz, mesmo benzida...»

«Lá falou Ele outra vez da Inglaterra.»

«Lá não falou Ele da Inglaterra, desta vez.»

Lê-se o «Diário das Sessões» e — salvo muitas e bastas gloriosas excepções, até parece plagiado da «*Queda dum anjo*» e de «*Os Maias*».

Como havíamos de mudar em espaço de tempo tam pequeno?

Se em 20 séculos (dois mil anos) de distância, Catão mandou *vender os escravos porque eram sucata* — e Ford (sim senhor, o Henri Ford) *despedia operários velhos porque eram peças enferrujadas*.

Se há tanta gente que trabalha pelas corporações — mas não quer que o operário tenha direito algum e continuam a entender que tudo o que se lhe possa conceder — é para êle agradecer.

E' assim o ambiente psicológico que nos rodeia. Oxigénio: nenhum.

Quási todos, católicos; católicos praticantes. Muito bons católicos: vão à missa ao domingo, condenam o adultério da mulher e não o do homem, à laia

(Continua na 3.ª página)

A' MARGEM

Observando...

A vitória das esquerdas espanholas inaugurou uma época de terror para a nação vizinha.

Assaltos, incêndios de igrejas, cenas de tiros, mortes, etc., eis no que redundou o regime da Liberdade.

E' o banditismo desenfreado, em catadupas de ódio, sublinhando a manchas de sangue, ante a impotência das autoridades, a vitória das Esquerdas.

A Espanha oferece ao mundo quadros de requintada miséria moral.

Aquele cortejo de criancinhas, almas em botão, corações puros, empunhando às ordens de Moscovo, bandeiras com o distico — «amor livre», traduz toda a hediondez da revolução esquerdista.

Será por um paraíso assim que os inimigos da situação portuguesa suspiram?

Que bela lição para os nossos conservadores, que amarrados ao cofre forte, se desentranham em críticas ao Governo, por êste lhe cobrar impostos, embora para o beneficio de todos!!!



Na comemoração do nascimento do Infante D. Henrique

Foi a todos os títulos formosa e elevada, a oração que o sr. dr. Joaquim Manso, um dos mais cintilantes espíritos literários do nosso tempo, pronunciou na Sociedade de Geografia, na sessão solene comemorativa do nascimento do Infante D. Henrique.

Limitamo-nos a sublinhar um dos votos que formulou ao terminar a sua conferência: «que, em tôrno da figura gigantesca do Solitário, se cale o Portugal que se divide em tribus rivais e se ouça somente a voz unânime da nação».

Este apêlo, vibrante de devoção nacionalista e patriótica, é digno de atenção e acatamento.



A Colonização de Angola

O actual ministro das Colónias, no intuito de proceder ao povoamento de Angola, mandou para esta provincia ultramarina alguns casais de portugueses.

Iniciativa de largo alcance, representa o incio da execução dum plano de reconhecida envergadura colonial.

VIDA CATOLICA

L. O. C.

A Liga dos Homens da Acção Católica desta cidade, levou a efeito nas passadas terça, quarta e sexta-feira um Tríduo preparatório para a Comunhão Pascal Colectiva de todos os Homens Católicos desta cidade, na igreja do Carmo pelas 21 horas, sendo conferente o rev.^m dr. Cassiano Santos Abranches, os quais tiveram larga concorrência.

A Comunhão realiza-se amanhã, sendo de esperar grande numero de comungantes, visto a frequência havida durante o Tríduo.

Escutismo

Na passada quinta-feira, teve lugar a Velada de Armas, promovida pelo Grupo n.º 116 (Nossa Senhora de Oliveira) na igreja do Carmo, como preparação para a Promessa Solene que se realiza amanhã na mesma igreja, conforme o programa aqui já publicado.

Ao acto assistiram os Grupos 2 e 6 e Alcateia 4, bem como muitos amigos e simpatizantes deste benéfico e esperançoso movimento de renovação física e moral da Juventude Portuguesa.

Missas

No passado dia 19 realizou-se a Missa Anual, no templo de S. Francisco, pelas 11 horas, mandada celebrar pela prestante e Benemérita Corporação dos Bombeiros Voluntários desta cidade, tendo assistido o Corpo Activo com a Banda e membros da Direcção e muitos fiéis.

No passado dia 22, a mesma Benemérita Corporação mandou celebrar uma missa sufragando a alma do seu prestigioso e benemérito 1.º Comandante sr. Simão da Costa Guimarães, na Basílica de S. Pedro, tendo assistido o Corpo Activo, Banda, Direcção e vários amigos do finado.

No passado dia 15, também foi celebrada uma missa em sufrágio do sr. Jerónimo Félix, na capela de S. Crispim, mandada celebrar pela Conferência de S. Vicente de Paulo, de que o extinto foi membro activo durante muitos anos.

Domingo da Paixão

Evangelho:

Naquele tempo dizia Jesus à multidão dos judeus: «Qual de vós me acusará de pecado? Se vos digo a verdade, porque me não acreditais? Aquele que é de Deus ouve a palavra de Deus. Vós não atendeis à palavra de Deus, porque não sois de Deus.» Os judeus responderam-lhe, dizendo: não temos nós razão para dizer, que sois samaritano e que estais possesso do demónio? Jesus retorquiu: «Eu não estou possesso do demónio, mas honro a meu Pai, enquanto que vós desonrais-me. Eu não procuro a minha própria glória. Há alguém que tem esse cuidado e me fará justiça. Em verdade, em verdade vos digo; se alguém obedecer às minhas palavras, não terá a morte para sempre». Os judeus disseram-lhe: agora, conhecemos que possuis o demónio. Abraão morreu assim como os profetas e ainda dizeis: se alguém obedecer às minhas palavras não morrerá para sempre? Sois porventura maior que o nosso pai Abraão que morreu, assim como os profetas? Quem pretendeis ser? Jesus respondeu: Se eu me glorificasse a mim mesmo, a minha glória não era nada! Porém é meu Pai (a quem chamais vosso Deus), quem me glorifica.

Contudo, vós não O conheceis; mas eu conheço-O. Se eu dissesse que não O conhecia, seria mentiroso, semelhante a vós; mas eu conheço-O e obedeço às suas palavras.

Abraão, vosso pai, exultou de alegria, porque desejou ver o meu dia. «Viu-o e rejubilou.» Os judeus disseram-lhe então: Ainda não tens cinquenta anos e vistes Abraão? Jesus respondeu-lhes: «em verdade, em verdade vos digo; antes que Abraão existisse, já eu existia!» Então eles procuraram pedras para lhas atirarem; mas Jesus escondeu-se e saiu do Templo.

(S. João — VIII — 46).

Considerações:

Só Jesus que era o Filho de Deus é que podia dirigir este desafio desassombrado aos pérfidos judeus que tentavam desvirtuar as suas acções e palavras; — qual de vós me acusará de pecado? Se vos digo a verdade, porque não me acreditais?

Em Jesus não pode estar o pecado e a mentira. O pecado e a mentira são obras do demónio e Jesus veio para destruir todas as suas obras.

O apostolado de Jesus, com as suas humilhações, fadigas e sofrimentos e morte de cruz, teve por fim dar glória a Deus e tornar os homens justos na sua presença, para que sejam salvos. E o que mais concorreu para agravar as penas interiores do Coração Santíssimo de Jesus, foi o pensamento de que muitos homens haviam de fechar os ouvidos às suas palavras de verdade e vida eterna e continuar no caminho da iniquidade e do erro, à margem da sua Lei. Na via dolorosa de Jesus, mais do que os flagelos, a coroa de espinhos e os cravos que O pregaram à Cruz, Ele sentiu a rebeldia, indiferença e ingratidão das almas que vinha salvar e conduzir à felicidade eterna.

Nenhum homem pode dizer que não tem pecados. Se o afirmar, é mentiroso na expressão da S. Escritura. Mas é dever de cada um justificar-se cada vez mais. Se é verdade que temos pecado muitas vezes, mais ou menos gravemente, e que com esses pecados temos agravado os padecimentos do Divino Salvador, dêles nos devemos arrepender e formar um propósito firme de não tornarmos a pecar. E' isto indispensável para que os pecados nos sejam perdoados no Santo Tribunal da Penitência, instituído por Jesus Cristo para nossa justificação e santificação.

No tempo que resta da quaresma, choremos intimamente os nossos pecados, causa da Paixão e Morte de Jesus, rasguemos os nossos corações pela penitência e vamos colocá-los junto à Cruz nas mãos da Mãe dolorosa, para que o Senhor os purifique num banho do seu sangue preciosíssimo.

Festividade das Dores

Na próxima sexta-feira realiza-se na igreja de S. Francisco a festividade das Dores pelas 21 horas, estando o sermão confiado ao grande Orador Sagrado rev.^m sr. dr. Leonardo de Castro, Provincial da Ordem Franciscana e a parte coral ao rev.^m padre Alaio, de Braga.

A ornamentação do templo, que deve revestir-se de grande imponência, está confiada aos hábeis armadores Eugénio e Noveis e João Passos.

J. C. M.

Foi surpreendente a reunião dos rapazes católicos da nossa terra, no passado domingo na igreja das dominicas.

Neste tempo de apostasia em que vivemos, faz-nos bem presenciar espectáculos desta natureza. Mais de 200 rapazes, de idade entre 15 aos 25 anos na sua maioria e de todas as classes sociais, abeirando-se da Mesa Eucarística, preparados para receber o Senhor de todos nós.

A's 9 horas, subiu ao altar o rev.^m sr. padre Domingues Basto, de Braga, achando-se a capela-mor repleta de jovens operários, estudantes, etc. e os escutas com seus galhardetes, que dialogaram com o celebrante a Santa Missa.

Ao comunio S. Rev.^a fez uma brilhantíssima alocução adequada ao acto, distribuindo em seguida a sagrada comunhão a todos.

No final os rapazes da J. O. C. e os escutas, cantaram uma linda marcha jocista.

CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

Alcateia n.º 4 (D. Afonso Henriques) — Realizando-se no próximo domingo a inauguração do Grupo n.º 116 (Nossa Senhora da Oliveira) esta Alcateia tomará parte em todos os actos da sua inauguração.

As formaturas serão às 7,45 e 14 horas respectivamente.

Todos os lobitos devem comparecer devidamente uniformizados.

Grupo n.º 6 (S. Dâmaso) — Este Grupo tem a mesma ordem de serviço da Alcateia n.º 4.

Grupo n.º 9 (Egas Moniz) — Inauguração do Grupo da Oliveira — Para tomar parte na inauguração deste Grupo todos os seniores devem comparecer na sede devidamente uniformizados no próximo domingo pelas 8 horas.

* + Visado pela Comissão de Censura + *

O M E I O

(Continuação da 1.ª página)

do código civil («o maganão, isso é que a sabe toda!») — dão dez reis (meio escudo da actual moeda) ao mendigo profissional da rua, apesar dos pedidos em contrário da Polícia — contribuem para Obras de Caridade com 1/1000 do seu superfluo. Sabendo que um pão enorme, de encher as duas enormes mãos de um faminto, custa \$85, é o que dão no botequim para matar o tempo («traz lá outro café!»).

As estatísticas...

Que vergonha se a gente fôsse fazer uma estatística com quadros e gráficos a côres, dos gastos da maior parte dos conservadores da nossa terra — que se julgam respeitáveis colunas do templo do Estado, oh! fariseus salazaristas!

Conferência de S. Vicente de Paulo	2\$50
Cultura (livros adquiridos)	0\$00
Pão dos Pobres de Santo António	2\$50
Sopa Económica (a pedido)	20\$00
Sobretudo e fato novo de inverno	1:200\$00

E na mesma estatística veríamos o gráfico das crianças que morrem de fome e de frio — das mãis tuberculosas por falta de alimento («então eu, eu que lhes dou caldo todos os sábados!»).

60 cobertores	1:200\$00
1:500 sopas	1:200\$00
1:400 pães grandes.	1:200\$00

(«Troquei o carro, é verdade, só dei vinte quilos de diferença, uma pechincha!» — 20:000\$00 = 2 habitações económicas, moradias próprias independentes).

Cultura espiritual? Se nas terras de província não existem, por desnecessários, *livreiros!*

Há umas burocráticas Bibliotecas Públicas, geladas e incômodas, só frequentadas por aquelas pessoas que são sempre as mesmas e unicamente têm por finalidade satisfazer estatisticamente o Estado de que a despesa das B. P. está certa e deve continuar no orçamento.

Cultura musical? A banda do regimento, em zarzuelas e lohengrins castrenses.

Cultura? Não, ninguém sabe o que é cultura porque nem se chega a ensinar o valor do vocábulo.

Destrói-se — e não se constrói.

E ninguém sabe fazer, bem feito, um simples exame de consciência.

*

* *

Não, não é um artigo, nem uma crónica, nem um ensaio, como me pediram para o jornal novo da velha Guimarães.

São umas ideas, umas noções, uns pensamentos, umas essências, uns sumos de frases e de períodos.

Se durante um século se arredondaram artigos, estudos, discursos e até conferências e volumes, sem ideas e sem pensamentos — aí ficam essas notas que um dia podem servir para encaixar e completar os tais artigos, os tais estudos, os tais discursos.

*

* *

O homem vítima do ambiente psicológico...

Começamos a reagir — a reagir contra os preconceitos, a não ter falsos respeitos humanos.

Eu, se os tivesse, não escrevia, nem muito menos assinava, este artigo ou lá o que quiserem chamar-lhe.

C. D'AURORA.

A' MARGEM

As suas razões

Um dos pseudo argumentos invocados pelo *Noticias de Guimarães* em resposta às nossas palavras claras e firmes consiste em afirmar que nós chamamos pela polícia.

Assim, de número para número numa toada de estribilho, aqueles bestuntes não espremem outras razões, talvez no propósito de infundir piedade e comiserção aos seus leitores.

Em 16 de Fevereiro lia-se: «sem usar de apito que possa chamar pela polícia»; em 23 do mesmo mês: «clamam em voz alta para que a polícia os ouça»; em 1 de Março: — «chamando com todas as ganas pela polícia»; em 3 de Março: «chamando pela polícia».

Para quem nos lê estas estafadas expressões já não pagam.

Mudem de disco que este está gasto!

Se tivéssemos de apelar para a autoridade, seria apenas para a sanitária, porque «isso» o que está a precisar é de desinfecção.

Pois se já alguns leitores do «órgão» regionalista afirmaram que, para evitar a inficção das mãos, utilizam-se de pinças para o folhear!



A Obra das Esquerdas em Espanha

Todos os jornais da capital publicaram o horroroso balanço dum mês de governo da Esquerda em Espanha.

Foram mortas 51 pessoas e incendiadas 16 igrejas, 11 conventos, 29 centros políticos, 10 sédes de jornais, 21 armazens de viveres, muitas casas particulares, calés e teatros.

Isto não se comenta, regista-se. Como exemplo eloquente da furia iconoclasta da ideologia «vermelha» não há nada mais expressivo.

Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Por esta colectividade foi comunicado à sub-agência local que o Sr. Ministro da Guerra autorizou, por despacho de 5 do corrente, que sejam prestados socorros médicos, mediante a apresentação do atestado de pobreza, nas consultas externas dos Hospitais Militares, aos oficiais e sargentos que, tendo sido Combatentes da Grande Guerra, se encontrem licenciados ou demitidos.

E' conveniente que todos os sócios desta prestigiosa colectividade, se inteirem desta concessão.

“OS BOMBEIROS VIMARANENSES NA ANTIGUIDADE”

Subordinada a este título, o sr. A. L. de Carvalho pronunciou no dia 22, pelas 21,30, no salão nobre da Corporação dos Bombeiros, uma conferência que pelo interesse que suscitou foi ouvida com atenção pelos numerosos vimaranenses que afluíram à sede dos Bombeiros Voluntários.

Presidiu o sr. dr. Augusto Ferreira da Cunha, que se encontrava secretariado pelos Comandantes srs. José Pina e António Sousa Lima, e pelo sr. Casimiro Martins Fernandes.

Abriu a sessão com um bem elaborado discurso o sr. José Pina, que em termos de aprêço apresentou o sr. A. L. de Carvalho.

O conferente, após a evocação da alma benemérita do saudoso comandante Simão Costa, iniciou a leitura do seu trabalho de aturada investigação histórica.

Em expressões de fino recorte literário fez a evocação da história de Guimarães, das suas ruas apertadas, com as casas de colmo sujeitas à rápida voracidade do fogo.

Estudou em face das crónicas as largas regalias dos Bombeiros Municipais e as transformações da sua corporação até à iniciativa de José Minotes, fundador dos Voluntários.

No final o conferente foi muito aplaudido.

A obra de assistência

A Comissão Concelhia da Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno, forneceu durante o mês de Fevereiro, por intermédio da «Casa dos Pobres», 9.667 sopas, com o respectivo pão, assim distribuídas:

Freguesia de Fermentões, 999 sopas a 7 famílias; Oliveira, 2.428 a 19; S. Sebastião, 1.617 a 14; S. Paio, 1.478 a 11; Urgez, 1.976 a 11; Creixomil, 1.167 a 11.

Também fez a distribuição de 60 cobertores que recebeu da Comissão Distrital, os quais foram distribuídos pelas seguintes freguesias: Oliveira, S. Sebastião, S. Paio e Creixomil.

Estes cobertores, conforme determina o Decreto que criou a Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno, são recolhidos no dia 15 de Abril próximo, para voltarem a ser distribuídos no próximo inverno.

Além das sopas fornecidas pela Campanha, a «Casa dos Pobres» também forneceu aos seus pobres inscritos e aos de passagem 8.903 sopas com pão e 732 pratos.

“Alicerces” dum Monumento

II

A «concursofilia» de que fala o sr. capitão Duarte Fraga no seu artigo do *N. de G.*, tem estes sérios e criteriosos fundamentos:

a) No voto unânime da Comissão de Estética (sessão de Janeiro 1935), onde a ideia do concurso está claramente expressa nesta deliberação, destacada e recordada pelo sr. capitão Duarte Fraga: — «que fossem consultados alguns artistas... mediante um pequeno prémio».

b) A ideia do concurso fixou-se no parecer sensato de toda a gente, tornou-se necessidade à conduta oficial da Câmara, uma vez que, intempestivamente, surgiu uma «maquette», a qual ninguém eucomendou e *querem fazer vingar sem respeito pelas deliberações municipais e com manifesta adulleração do pensamento base aprovado pela Vereação na sua sessão de Novembro de 1934*.

c) O concurso que justificadamente se deixou de fazer para um projecto de Monumento orçado em 30.000\$00, é agora aconselhado que se faça para um projecto de Monumento orçado em 90.000\$00. Se no primeiro caso não havia margem para prémios aos concorrentes, no segundo caso esses prémios podem e devem ter lugar.

d) Finalmente: A «concursofilia» de que fala o sr. capitão Duarte Fraga, é ainda a resultante de uma campanha aberta no *Notícias de Guimarães* e na qual sistematicamente se clamava por «concurso!» «concurso!»

Respiguemos do referido jornal (N.º 201): — «E' norma seguida quando se pretende erguer um monumento àqueles que bem mereceram da Pátria, abrir concurso. Porque se não fez? Seria mais sensato, mais moral».

Em verdade, é «mais sensato», «mais moral» abrir concurso para a efectivação de obras de arte de semelhante natureza. Simplesmente, como atrás ficou demonstrado e o meu artigo anterior esclareceu — *não há possibilidades de concurso para um Monumento de 30.000\$00 e sem margem para conferir prémios aos concorrentes*.

Desde que, porém, há ensanchas para erigir um Monumento de vulto, então as circunstâncias mudam, e o concurso — *está absolutamente indicado!*

Quem é contra êle? Certamente não é contra o concurso o *Notícias de Guimarães*, pois foi nesse jornal que se levantaram acusações de se pretender servir um amigo, entregando-lhe, sem concurso, a encomenda do Monumento.

Certamente não é contra êsse concurso o sr. capitão Duarte Fraga, pois deve ter escriptulos

em tomar uma posição que foi condenada nos outros; demais que, já inicialmente, êle opinava pelo concurso na citada reunião da Escola Industrial.

O facto de ter aparecido uma «maquette» da autoria do sr. capitão Duarte Fraga e apadrinhada pelo *Notícias de Guimarães* fora das condições de um concurso e mesmo sem haver sido encomendada, é um sintoma que tirando todas as vantagens de quem se nos queria impor isento de culpa, se mostra, afinal, mais culpado. Por dignidade própria, têm pois de voltar atrás!

Alude o sr. capitão Duarte Fraga à falta de concurso para os Monumentos a João Franco, Sarmiento, Molarinho, etc.

Podia responder-lhe que essa matéria é estranha ao caso presente, não porque lhe falte analogia; mas, porque, cada Vereação ou Comissão organizadoras de Monumentos, responde pelo seus actos.

Ainda assim, posso e quero trazer algumas luzes sobre a falta de concurso para os Monumentos a Sarmiento e a Molarinho.

— Não foi aberto concurso para o Monumento a Sarmiento, porque não havia Artista que, dentro duma loteria de concurso, se sujeitasse a estudar um projecto, a modelar um busto, a fazer o arranjo dum jardim, para, na melhor hipótese, ganhar apenas 4.000\$00.

Tanto assim o compreendeu a Direcção da S. M. S., que agradeceu ao distinto escultor sr. António de Azevedo a sua benemerência.

Este exemplo não pode, pois, aproveitar ao sr. capitão Duarte Fraga, porquanto, o Monumento a Sarmiento custou 17.000\$00 e o projecto do Monumento aos Mortos é orçado em 90.000\$00.

— Não foi aberto concurso para o Monumento a Molarinho, porque Mestre Teixeira Lopes modelou o baixo relêvo gratuitamente, e o escultor António de Azevedo estudou e dirigiu a parte arquitectónica, igualmente sem remuneração.

Gentilezas estas que a «Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães» agradeceu aos distintos Artistas, pois foi esta instituição e não a Câmara quem tomou a iniciativa e custeou as despesas.

Também êste exemplo nada aproveita ao sr. capitão Duarte Fraga.

O seu projecto de Monumento orça por 90.000\$00 e aquele foi erigido a Molarinho apenas custou 8.000\$00.

Igualmente o Monumento a João Franco foi levantado sem os preliminares de um concurso.

José Tôrres Carneiro

Passa na próximo dia 30 do corrente, o 1.º aniversário da morte dêste generoso benemérito das casas de caridade de Guimarães.

Dotado de uma alma extremamente inclinada à prática das virtudes evangélicas, José Pereira Tôrres Carneiro legou aos pobres da sua terra uma fortuna que há-de enxugar muitas lágrimas e cicatrizar muitas feridas.

Só pelo remanescente da sua fortuna, quantia avultadíssima, legada à Santa Casa da Misericórdia e Ordem de S. Francisco, Tôrres Carneiro tem jus à eterna gratidão do povo de Guimarães.

Convite

Para comemorar o 1.º aniversário do falecimento do grande benemérito e ilustre vimaranense José Pereira Tôrres Carneiro, de saudosa memória, as Mesas da Santa Casa da Misericórdia e da V. O. T. de S. Francisco resolveram promover exéquias por tam grande Bemfeitor, no dia 30 do corrente, pelas 11 horas, na Igreja da Misericórdia, e por isso convidam todos os vimaranenses a assistir aos piedosos actos do culto por alma daquele que tam generosamente contemplou as instituições de beneficência desta cidade.

Guimarães, 25 de Março de 1936.

Assim o entendeu a iniciativa particular.

Faça o sr. capitão Duarte Fraga que a Câmara se abstraia, se exclua da obrigação contraída em erigir o Monumento glorificador dos nossos soldados mortos na Grande Guerra e, só depois a *iniciativa particular* terá ensejo de seguir o rumo que entender, *quanto à parte administrativa do Monumento*.

Em todo o caso, será bom salientar que, tratando-se, como é evidente, de um Monumento que tem de traduzir a *nossa espiritualidade cristã e nacionalista perante o sacrifício dos que morreram no cumprimento dum dever cívico*, êsse Monumento tem de obedecer à indicação de um *pensamento base*, sob as responsabilidades da gente que está governando o Município.

Um Monumento de homenagem aos mortos, erigido na praça pública, é lição, exemplo e testemunho, *não de núcleos, de pessoas, de grupos*, mas da cidade, da alma colectiva dos vimaranenses.

Pretender-se o contrário — é erro!

E' agravado feito à Vereação! Demais que, já a Vereação disse qual deve ser a concepção do Monumento.

A. L. DE CARVALHO.

Ao largo, Señor Caballero!

Entre as medidas necessárias que o manifesto da *Agrupacion madrileña* apresenta para cumprimento das aspirações del Señor Largo Caballero, uma há que devemos destacar em artigo especial.

Diz assim:

— «... a confederação das nacionalidades ibéricas... com respeito absoluto ao princípio de auto-determinação, incluso a independência e igualdade de direitos de todas as línguas que se falem dentro da Confederação ibérica...» —

Vêlha aspiração das extremas esquerdas peninsulares, toma-a em suas mãos o caudilho da extrema esquerda socialista espanhola e lança-a à Astúrias e a todas quantas províncias da Espanha, mais ou menos pugnam pela sua independência. Mas lança-a também a Portugal—nacionalidade ibérica, e por isso é que sentimos como dever patriótico afirmar:

— Ao largo, Señor Caballero!

Sim! Ao largo!

Bem ao largo sôbre as terras de Espanha—falem as línguas que falam!—pode (se o sentimento nacional dos espanhóis lho permitir) El Señor Largo Caballero organizar a sua confederação moscovita.

Bem ao largo também sôbre Marrocos.

Para cá da fronteira luso—espanhola, não!

Portugal não é província de Espanha!

Portugal não quer ser região de Moscovo!

Portugal, nem na ordem política nem na ordem económica, nem na ordem social necessita de Usted, Señor Largo Caballero!—nem da sua *Agrupacion madrileña*!

Portugal libertou-se há dez anos dos homens da *Confederação Ibérica*—embora renegados tenham andado, e andem ainda agora, certamente, por terras alheias em conciliábulos confederacionistas.

Mas a estes—como aos que a dentro de nossas fronteiras possam agir e agem para tornar Portugal província da confederação ibérica—região de Moscovo—a esses os repele Portugal; e a estes sabe muito bem o governo de Salazar o destino a dar-lhes.

Lembre-se El Señor Largo Caballero—e faça-o saber e constar à sua *Agrupacion madrileña*—de que Salazar há precisamente um mês (escrevo em 22 de Março) foi bem terminante nas suas palavras; e creia que essas palavras do Presidente do Governo Português aos Deputados e Procuradores da Assembleia Nacional, no dia 21 de Feve-

Alguns apontamentos sobre o Corporativismo em Portugal

IV

Finalmente, em 1422 D. João I criava a «Casa dos 24», composta pelos representantes dos vários ofícios, presididos pelo juiz do povo e que tinham o encargo de governar, com o Senado da Câmara, o concelho. Cada ofício tinha um santo seu protector cuja festa celebrava com a maior pompa.

A «Casa dos 24» cuja organização por demais conhecida não merece a pena ser citada neste rápido bosquejo, foi dissolvida, pela primeira vez, por D. Manuel, em 1506 como castigo dado à cidade pela matança dos cristãos novos.

Restaurada por D. João III em 1572 durou até 1834, ano em que foi definitivamente extinta pelo regime constitucional.

Nos fins do século XV, ou começos do XVI, diz J. Acúrcio das Neves, introduziu-se entre nós o regime restritivo das corporações e grêmios dos ofícios e artes e comércio, mas não com preceitos tam rigorosos como em outros países onde datavam dos primeiros séculos da Idade Média. A primeira colecção que se conhece é o *Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos da muito excelente e sempre Leal cidade de Lisboa reformado por ordenação do illustrissimo Senado dela*, pelo licenciado Duarte Nunes de Leão, com data de 1572. É a reforma de todos os regimentos anteriores.

No entanto já antes desta se conhece a instituição de várias corporações. A primeira é a dos livreiros, de 1450. Depois conhece-se a dos ourives de 1395.

Pela compilação de Duarte Nunes de Leão sabe-se que grandes eram os privilégios e regalias concedidos aos trabalhadores oficiais dos vários ofícios.

Quanto aos representantes da «Casa dos 24» no Senado de Lisboa, para se ter uma idea do que era a sua situação basta que se verifique o facto de terem voto com os ministros do Senado e assentarem-se, na Câmara, em banco de encosto de pau, como

reio, são bem palavras de Portugal

— do Portugal de Vimaranes, de Ourique, de Aljubarrota, de Valverde e de 1640;

— do Portugal que quer viver livre e independente, em boa amizade com as outras nações que correspondam a estes sentimentos sem se esquecer do que deve à correção internacional.

— do Portugal que sem ambições mais do que o seu futuro não depende senão de nós, ... da nossa força de vontade em manter integra, livre e independente, próspera e progressiva, a Casa paterna do Império que herdamos, e legaremos aumentada em pres-

o escritor e procurador da cidade, mas mais abaixo, e separados da mesa, tendo em lugar dela, diante de si, uma forma de estante, com tiuteiro e poiras de pau, para poderem assinar e rubricar nos contractos, consultas, etc., em que se tornava mister a sua forma. Assinavam todas as deliberações do Senado lisbonense e tinham completa independência da «Casa dos 24» não podendo, nem sequer o juiz do Povo impôr-lhes qualquer acto.

Mais tarde, em 1757, por decreto de D. José I, passaram os representantes dos ofícios a sentarem-se na mesa da vereação, com seu espadim.

Todavia, foi neste reinado que as corporações de Artes e Ofícios receberam, em Portugal, o seu primeiro grande golpe, mercê dos decretos de 9 de Fevereiro e de 18 de Abril de 1761.

O primeiro tomando por causa a falta de obras usadas de estanho, latão e outros metais, ordenava que o Senado da Câmara desse as licenças competentes a todas as pessoas que se empregassem naqueles ofícios já residentes em Lisboa ou em qualquer outra parte do reino uma vez que se mostrassem qualificadas, no exame perante a Junta do Comércio para nela trabalharem, sem que o mesmo Senado ou os oficiais da sua jurisdição pudessem fazer-lhe o menor impedimento.

O segundo decreto, tomando como causa o grande adeantamento das artes abrange todos os artistas hábeis, tanto portugueses como estrangeiros de qualquer arte ou ofício que fossem e isenta-os da inscrição nos grêmios desde que apresentassem licenças da Junta do Comércio para trabalharem em obras de nova invenção ou de conhecida utilidade no reino.

Para o tempo, estes dois decretos foram um fundo golpe na organização corporativa.

OSCAR PAXECO.

tígio em honra e valor, no Portugal Maior do próximo amanhã;

— do Portugal, emfim, que Senhor dos seus destinos imortais e gloriosos, abre generoso o seu largo coração (afeito desde o berço ás duras lutas por manter-se na missão histórica que Deus lhe destinou) à cooperação com as outras nações que lhe respeitem a sua organização política, económica e social, sem federações absorventes da sua completa suzerania!

Que mais uma vez o saiba El Señor Largo Caballero e a sua *Agrupacion madrileña*.

EUGÉNIO VAZ VIEIRA.

Conde de Aurora

Conde de Aurora escreve hoje em *O Berço da Grei*. Felicita-mo-nos com o enderêço dum obrigado que é nosso e de todos os leitores.

Ainda há bem pouco tempo o seu brilho literário e a sua «pose» de romancista foram bem comprovados com um livro e com a honra dum prémio.

A pintura real, com positivismo são e curador, o colorido que vai da primeira à última pá-



gina de *O Pinto*, sem um sinal de desbotar, prendeu nos; deu-nos a certeza de que há princípios dentro da moral, de que há finalidades justas dentro dum romance. Não é o banal alindado, não são rendas caprichosas em pernas sujas. Nêle a beleza da forma tem a beleza impecável e intemerata da verdade.

Conde de Aurora, que sempre admiramos nas conferências de congressos e no vigor e desassombro dos seus artigos em vários jornais—com o seu evolucionar sincero de adaptação ao Mundo ambiente e com a sua justeza de princípios fortemente e cristãmente vincados, e na arte dos seus livros—pode dizer-se «romancista».

Justamente o demonstra o prémio que o S. P. N. lhe conferiu. Um e outro agradaram plenamente ao gosto da arte que não torce.

O Berço da Grei também vai agradar mais.

A' sombra da cruz

Com alguns meses de idade, faleceu um filhinho do sr. dr. Américo Durão e sua ex.^{ma} esposa.

Aos pais, amargurados por tam profunda dor, apresentamos as nossas sentidas condolências.

EDUCAÇÃO NACIONAL

EDUCAÇÃO NACIONAL

Organização da mocidade

A ESCOLA

A recente transformação do Ministério da Educação Nacional — até há pouco chamado «de Instrução» — veio ao encontro dos desejos de todos os que de há muito pediam que se começasse uma reforma cada vez mais necessária no vasto campo de educação.

De facto, só agora a obra do Estado Novo ficará completa — coroada com a cupula de que necessitava para total efectivação dos seus designios. O Ministério de Educação Nacional está apto a realizar toda a intensa acção espiritual que se propõe o homem que se encontra à frente dos seus destinos. Ninguém, de facto como o Dr. Carneiro Pacheco poderia melhor ser o auxiliar de Salazar na vasta obra de reforma espiritual que urge levar a cabo. Estamos certos que se entrou agora no vastíssimo campo das transformações espirituais que são de justo corolário da obra até agora realizada.

Portugal caminha na vanguarda dos povos civilizados no que diz respeito ao seu governo, ao seu regime. Acompanhando o ritmo da hora, que indica ao mundo que o momento é dos povos que encontram o caminho da autoridade e da razão, Portugal dá lições à Europa anárquica e fragmentada que anciosa busca novos rumos, outros destinos. A Ditadura Militar primeiro e o Estado Novo depois, desvendaram novos horizontes à vida nacional, abriram perante a consciência colectiva a certeza de doutros destinos, a certeza de melhores dias. Postos definitivamente de parte os ominosos mitos demo-liberais que em eras não muito recuadas nos iam conduzindo ao abismo — entramos no campo das realizações práticas e encontramos no Estado Novo Corporativo o governo forte de que tínhamos necessidade, que era mister encontrar.

Muitos dos que criticavam ao Estado Novo o seu pseudo-desinteresse dos assuntos espirituais tiveram agora de calar-se perante os notabilíssimos decretos que pela pasta da Educação Nacional foram publicados.

De facto, de há muito que essa reforma se impunha — para coroar de modo lógico e definitivo a acção reformadora do Estado Novo. Feita a revolução no campo material — portos, estradas, ruas, fontes, orçamentos equilibrados — seguiu-se naturalmente a revolução nos es-

No plano das preocupações do Governo acaba de tomar o lugar que de direito lhe pertence o problema de educação nacional.

Um país não se renova nem se reintegra no ritmo do seu destino histórico comprometido — de um dia para o outro.

Foi preciso, antes de mais nada, cuidar de restabelecer a nossa posição financeira, restaurando o crédito do país e o seu bom nome no estrangeiro.

Ao mesmo tempo, foi necessário consolidar politicamente a situação, mantendo com firmeza a ordem pública.

Realizadas assim as condições prévias do esforço a desenvolver e dotado o país com uma nova estrutura política — a Constituição de 1933 — chegou a hora de se enfrentarem e resolverem, paralela e concorrentemente, os vários problemas nacionais.

A questão económica e a questão social, estreitamente solidárias, começam a ser solucionadas dentro dos métodos corporativos traçados e definidos em suas linhas gerais no Estatuto do Trabalho Nacional, ao passo que se inicia uma arrojada política de fomento que, já hoje, a nossa posição permite e facilita.

A par disto, cuide-se da defesa nacional.

píritos através um certo número de medidas oportunas, sábiamente conduzidas e que são já do conhecimento geral. Em verdade, ao iniciar-se a vasta acção que no campo social e económico se iniciou com a promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, Organização Corporativa, etc. — encararam-se, de frente, certos males que urgia remediar. Pôz-se assim termo ao reinado dum individualismo nocivo e já afastado perante as modernas correntes políticas. Substituiu-se ao indivíduo a Colectividade e abriram-se novos caminhos à vida do trabalhador português.

As recentes reformas na Educação Nacional — a cujos destinos preside a alta competência do Dr. Carneiro Pacheco — são já um indício seguro de que a revolução nos espíritos vai sendo uma grande realidade. Cristo imperará nas escolas e ensinará às crianças o caminho da verdade e da luz. Uma nova era se vai iniciar.

Congratulêmo-nos — e congratulem-se connosco todos os que acreditam na continuidade espiritual do Estado Novo para além de todas as vãs contingências de momento!

Reconstituiu-se a marinha de guerra, dotando a nossa armada, rica de brio mas pobre de material, com catorze unidades novas que nada têm a invejar aos barcos similares das grandes marinhas mundiais.

E vai-se rearmar o exército que, no aspecto do material, havia também chegado à última extremidade.

Nesta altura em que se abordam de frente todas as questões vitais da nacionalidade, não podia ficar no esquecimento o problema primário da educação.

Da sua resolução depende a continuidade da obra encetada e o futuro de Portugal.

A sua exacta compreensão pelo Governo é documentada pela notável proposta de lei ultimamente apresentada à Assembleia Nacional, em que se definem com singular clareza as directrizes a imprimir à formação da juventude.

De entre as disposições que nesse texto legislativo se compreendem convém destacar a base undécima em que se lê o seguinte:

«Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e activa que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria.

Previdências especiais serão tomadas em relação aos filhos de portugueses residentes no estrangeiro, no sentido de se estimular o cumprimento do dever para com o país hospitaleiro e o amor à Pátria-Mãe.»

Dentro do mesmo espírito, a base 12 da proposta torna obrigatório, em todos os estabelecimentos de ensino primário e médio, tanto oficiais como particulares, o canto coral como elemento de educação e de coesão nacional e instrumento insubstituível para a expressão do sentimento colectivo.

Faz-se, assim, caminhar perfeitamente a par a educação física, a educação cívica e do sentimento nacional, em ordem à formação de uma mocidade que perfeitamente se integre na compreensão dos seus deveres para com a Pátria.

A organização pré-militar da juventude, necessária à paz laboriosa e à preparação da defesa nacional, é uma exigência imperiosa dos conceitos que informam a construção do Estado Novo.

A sua realização representa uma afirmação preciosa de vontade de avançar no caminho encetado: a Revolução continua.

O mundo evolue constantemente; a sua orgânica, as paixões e lutas que o arrastam, vão variando século a século, de ano a ano, caminhando, guerreando-se mesmo, hoje, vertiginosamente.

O que ontem tínhamos por bom já hoje não basta.

A Escola, que tem de preparar a criança para a vida — sociedade —, não pode cristalizar em moldes arcaicos e rígidos. Ela tem de pensar em preparar as crianças para o que elas praticamente poderão ser e não para o que idealmente deveriam ser.

Ela tem de conhecer o presente deduzido do passado, prescrutar até certo ponto o futuro, fundamentado no presente — pois que passado, presente e futuro, são e serão elos da mesma cadeia — e contar com o positivo, mais com as realidades do que com idealismos vagos sem orientação e forma.

—Precisa, emfim, evoluir, ajustar-se duma maneira constante ao presente e às probabilidades do futuro, pois que a luta económica por um lado, e a falência e morte de idealismos do passado, por outro, são uma realidade, brutal mas viva, dos nossos dias. A crise não é só de cultura, mas antes de educação. Morreu, já, a frase sem sentido de que «abrir uma escola era fechar uma cadeia».

A instrução ainda nossa contemporânea não correspondia já, às condições da vida moderna: ela formava homens para o passado e não para o presente; ela formava mentalidades para um ideal que não era o de hoje — o nosso — pois seguia um ideal educativo que falira já.

Toda a acção educativa deve ter um ideal que se adapte às realidades da época e tempo em que se realiza.

Escola sem ideal é Escola sem vida.

Tem a Escola Primária Portuguesa uma importante missão a cumprir no momento presente, momento de luta construtiva, se quiser satisfazer aos desejos do País: preparar as gerações novas para continuarem a obra iniciada e para a compreensão da Revolução que se tem operado na nossa mentalidade.

A nós, educadores, compete seguir este ideal superior a bem da Nação, correspondendo assim ao que Ela nos exige. Temos de comungar um ideal educativo que seja o da Nação.

Ideal cristão? de Pátria? de Família? Todos juntos formarão o nosso Ideal — o Ideal Nacionalista.

ANTÓNIO PEDRAS.

Pro-homenagem a Gil Vicente

Estão já esboçados alguns números comemorativos da passagem do 4.º centenário da morte de Gil Vicente.

A revista nacionalista *Gil Vicente* consagrará um número especial ao fundador do Teatro português e promoverá a realização de uma conferência, cujo orador será o ilustre escritor Hipólito Raposo; a Sociedade Martins Sarmento projecta uma sessão de homenagem a Gil Vicente, pronunciando uma conferência o consagrado poeta Afonso Lopes Vieira; a comissão das Festas da Cidade, além do cortejo vicentino, número evocador das figuras de teatro criadas por Mestre Gil, pensa também na representação de autos vicentinos ao ar livre.

Resta apenas uma glorificação que perdure, que torne imorredoura a homenagem do povo de Guimarães ao seu glorioso filho.

Do nosso inquérito, deduz-se, corroborada por inúmeros pareceres, esta expressiva conclusão: homenagear Gil Vicente, erigindo-lhe um monumento, é dever imperioso de Guimarães.

A entidade oficial indicada para arcar com esta nobre missão, em nome desta terra — é a Câmara Municipal.

Nesta hora alta de rejuvenescimento nacionalista, em que à frente dos destinos da Pátria, está um governo conscio dos seus deveres, solicitamos-lhe a participação indispensável para que o monumento a Gil Vicente, seja em breve uma consoladora realidade.

Projecto integrado no plano de glorificação dos valores nacionais, oferece excepcional ensejo para que a União Nacional Concelhia actue, em colaboração com o Município, na expansão da política de espírito.

* * *

Publicamos hoje a resposta do distinto jornalista e advogado dr. Ernesto de Oliveira e Silva, ao nosso inquérito sobre a forma mais condigna de homenagear Gil Vicente.

1.º — Representá-lo nos palcos portugueses e editá-lo a preços acessíveis. Ainda não existe uma edição nacional das obras vicentinas.

2.º — Homenagem nacional, já que não pode ser peninsular ou ainda mais: latina. Nós homenageamos há pouco o espanhol Lopo de Vega.

3.º — Um monumento, sim. Mas um monumento que não faça corar de vergonha os portugueses de bom gosto.

Entendo que se deve ir buscar o bronze necessário para tal obra às várias *equestres* que abundam nas duas primeiras cidades da nossa Terra.

Lisboa, 1-3-1936.

O problema das águas

Há perto de quarenta anos que a cidade de Guimarães viu resolvido, por forma satisfatória, o problema do seu abastecimento de água. Para as necessidades de então a cidade tinha água em abundância e poucas seriam as terras portuguesas que, na mesma época, se pudessem orgulhar dum benefício igual. A maior parte das nossas vilas e cidades só agora, perante os incentivos dos organismos superiores de higiene e com as felicidades que o Estado hoje oferece em matéria de participações, conseguiram, ou estão em vias de conseguir, água canalizada em quantidade suficiente para as necessidades dos seus habitantes.

Mas nem por se ter antecipado às suas congéneres deixa Guimarães de ter hoje que se preocupar com o problema que há perto de quarenta anos resolveu. Simplesmente, aqui não tem êle a gravidade que apresenta noutras localidades. Guimarães tem água mais que suficiente e da melhor durante seis meses do ano; só lhe falta criar uma situação semelhante para os restantes seis meses.

Deve-se este estado de cousas a uma série de circunstâncias facilmente compreensíveis. Aumentou bastante a população da cidade e por conseguinte o consumo do precioso líquido. A prosperidade das indústrias vimaranenses trouxe um relativo aumento de bem estar a uma grande parte da população, que criou novas necessidades. Proveio daí em parte um maior número de consumidores e um maior consumo resultante das facilidades que oferece a água canalizada dentro do próprio domicílio. Se acrescentarmos que, dum modo geral, são hoje maiores os cuidados higiénicos, impostos uns pelo maior adiantamento da população, e outros pelas leis e regulamentos, facilmente compreenderemos que se consome hoje muita mais água do que há quarenta anos, e que não gastamos ainda o suficiente.

Com efeito, seriam precisos, na opinião dos entendidos, 100 litros de água por dia e por habitante, num regime normal de abastecimento. Pois não dispomos ainda de 30. Há pois, um *deficit* de mais de 70 litros por dia por habitante.

Surge naturalmente a pergunta: como há-de saldar-se esse *deficit*? A maior parte senão a quasi totalidade dos vimaranenses, habituados à água da Penha, saborosa e pura que, ordinariamente, dispensa filtragem, responderiam sem hesitar que se continuasse a exploração na

Penha. Seria a solução naturalmente indicada, se resolvesse o o problema. Parece, porém, que não o resolve.

Se com todas as captações feitas até aqui não se conseguiu senão o limitado caudal que atrás indicamos, não é de supor que, mesmo com grandes dispêndios se possa conseguir o caudal que ainda nos falta. A prova temo-la à mão.

Nos últimos 10 anos dispendeu-se com a exploração de águas na Penha a verba global de 350 contos, números redondos. Pois apesar disso pode afirmar-se que, na época, de estiagem, o volume de águas não aumentou cem metros cúbicos por dia. Calcule-se que somas fabulosas seria preciso gastar para se conseguir o volume que ainda nos é preciso.

Mas na opinião dos técnicos não há possibilidade de tirar mais água da Penha. As novas minas, que se abrissem, constituiriam, segundo êles, outros tantos furos pelos quais a água acumulada nas entranhas da serra mais depressa se escoaria.

A ser assim o prosseguimento de tal exploração só viria agravar o problema. Teríamos maior caudal enquanto se não esgotasse o depósito; mas na época do ano em que mais necessária é a água, o depósito estaria exausto.

Há, pois, que optar por outra solução. A água de mina teremos de preferir a água de rio. O Ave poderá facilmente fornecer, na época da estiagem, cerca de 3.000 metros cúbicos diários de água, os quais, somados aos 300 do abastecimento actual, darão para uma população de 33.000 habitantes e Guimarães ainda não tem 15.000.

Esta solução apresenta vantagens várias. A primeira a levar em linha de conta é que a água do Ave tem as mesmas propriedades que a da Penha, incluindo o sabor. E' o que afirmam os resultados de análises, feitas no laboratório mais considerado do Estado, de amostras de água da Penha, e do rio Ave, colhidas no mesmo dia. Esses resultados são tão aproximados que podemos considerá-los idênticos.

A segunda vantagem é de ordem económica. Afirma pessoa de responsabilidade que a obra custará à volta de 500 contos, pouco mais do que o que se dispendeu na Penha em 10 anos, com resultados insuficientes. Acontece ainda que a esta obra não negará o Estado a sua participação, o que praticamente equivale a uma redução no seu custo para os cofres do município. Supondo que essa compar-

SOCIEDADE

ANIVERSARIOS:

Durante a próxima semana fazem anos as ex.^{mas} sr.^{as}:

Dia 29 — D. Margarida de Sequeira Fernandes Braga.

D. Ana dos Anjos Fernandes Viana.

E os ex.^{mos} srs.:

Dia 30 — Alvaro da Costa Carvalho.

Dia 31 — José Silvério Alves Pinto.

Dia 3 — Miguel Tobin Martins de Sequeira Braga (Aldão).

PEDIDO DE CASAMENTO:

Para o estimado vimaranense, sr. Alfredo Faria Martins, filho do sr. Joaquim Martins Guimarães e de sua ex.^{ma} esposa, foi pedida em casamento a sr.^a D. Cacilda Pereira dos Santos, filha do negociante sr. António Virgem dos Santos e de sua ex.^{ma} esposa.

O enlace realiza-se brevemente.

Aos noivos, dotados de primorosas qualidades, desejamos um futuro cheio de felicidades.

Sociedade Martins Sarmento

Em assembleia geral de sócios desta prestante colectividade vimaranense, realizada em segunda convocação no passado dia 16, foi reeleita a mesma Direcção, para a gerência de 1936-1937.

Fazem parte dela os seguintes senhores:

Efectivos — Alberto Alves Vieira, Alberto da Costa Guimarães, António Lopes de Carvalho, dr. Augusto Gomes de Castro Ferreira da Cunha, Francisco de Assis Pereira Mendes, capitão Mário de Vasconcelos Cardoso e dr. Ricardo de Freitas Ribeiro.

Substitutos — Dr. António Maria do Amaral e Freitas, dr. Bento da Costa Caldas, Casimiro Martins Fernandes, dr. Eduardo de Almeida, Francisco da Silva Pereira Martins, José Luiz de Pina e Manuel Pereira Mendes.

participação não vá além de 200 contos, dispenderá a Câmara 300 contos apenas.

Acresce ainda que durante perto de seis meses, tempo em que a água da Penha é suficiente, descansarão as máquinas, que poderão ser vistoriadas e devidamente reparadas.

A importância a dispender deve provir dum empréstimo a realizar a juro baixo que o próprio rendimento das águas poderá garantir. Correndo tudo como se prevê já no verão de 1937 não terá Guimarães de sentir a falta de água.

DO CONCELHO

(Atrasado)

Ronfe, 3

Solenidade

Realizou-se nesta freguesia a solenidade das «Quarenta horas». As pregações que foram confiadas ao conhecido orador sagrado Padre Jeremias Peixoto, foram sempre muito concorridas e ouvidas com religiosa atenção por um elevado número de fiéis, que, tirando algum tempo aos seus afazeres quotidianos, vinham para junto de Jesus Sacramentado prestar as suas homenagens e reparar as ofensas que Ele a cada instante recebe na hóstia sacrossanta.

Foram em grande número as confissões e comunhões nos 3 dias. Foi digna de simpatia e admiração a iniciativa tomada pelos escuteiros da freguesia.

Rapazes cheios de actividade, com uma alma ainda a despertar para a vida, mas donde brotam sentimentos tam nobres, passam por cima dos folguedos e passatempos carnavalescos, para irem junto do altar consolar, adorar e reparar a Jesus, no tabernáculo do seu amor.

Como era edificante vê-los juntos do altar como soldados firmes na sua fé, nas suas convicções religiosas, a prestar as suas homenagens, as suas adorações.

Os turnos que se iam revezando sucessivamente eram dirigidos pelo escuta Lázaro de Oliveira, que se houve admiravelmente na sua distribuição.

Os nossos parabens aos briosos escutas. — C.

Brito, 15-3-936

Acedendo, gostosamente, ao imerecido convite de enviar para *O Berço da Grei* algumas noticias desta freguesia, inicio hoje as minhas desalinhavadas correspondências.

Pena melhor aparada que a minha, deveria ser incumbida deste serviço.

O amor desta formosa ribeira que é o meu berço adoptivo há 37 anos, me anima a aceitar tam honroso encargo.

Banhada pelo sol, desde o seu alvorecer ao ocaso — Brito — recosta-se, prazenteira, desde a margem direita do Ave até ao monte de S. Miguel-o-Anjo, onde está erecta uma ermida com esta invocação e em cujo cume existem umas pequenas ruínas que os antigos diziam serem dos Mouros.

Brito é nome fidalgo, havendo com este apelido muitos homens ilustres e entre elles Francisco Bernardo de Brito, cronista e autor da *Monarquia Lusitana* — o Beato João de Brito, missionário, etc.

Asseveram as crónicas ser a sua fundação anterior à Nacionalidade; pois foi D. Sueiro de Brito, fidalgo castelhano, da Corte de D. Afonso V, Rei de Castela, que por aqui

abordou, edificando o paço da Carvalheira, onde existem ainda ruínas que parecem vestígios dele.

Confirmam também esta asserção umas excavações feitas na quinta do Assento, pelo sr. dr. Faria, dessa cidade onde se encontraram sepulturas abertas na rocha com moedas antigas dentro, juntas com ossadas humanas, algumas bem conservadas, aparecendo atafonas manuais e pedras atestando que a primitiva igreja era de estilo românico.

Também foi encontrada uma ara Lusitano-Romana, que o sr. capitão Mário Cardoso mandou recolher ao Museu da benemérita S. M. Sarmento.

Numa quinta do Outeiro havia, há pouco tempo, uma pia de água benta em estilo românico. Estava à porta da cozinha servindo de bebedeiro! Pedia a ao proprietário mas não a consegui.

O povo de Brito é bom, trabalhador e crente. Todo embebido nos seus dois amores: — o amor de Deus que, sincero adora; e o amor da Terra que cultiva, indo o excedente da população trabalhar nas importantes fábricas de Campelos, Pevidém e Ronfe.

Dizia-me uma santa velhinha a sr.^a Mariquinhas das Quintais, de quem conservo gratas recordações: Olhe, sr. Fulano — quem a Brito aportou, por aqui ficou. E é bem verdade, porque dentro dos seus marcos divisionais existem prédios usufruidos por freguesias limítrofes. Suprema ironia das cousas!...

Para outra vez falaremos da linda festa que nesta data, se via realizando nesta freguesia. Para exórdio bastará esperando ser desculpado; pois foi *corrente calamo*. — C.

Oficinas de S. José

Em beneficio desta grandiosa instituição, realizou-se no seu salão de festas, no pretérito dia 19, uma *Kermesse* de prendas.

Abrilhou este bazar de caridade a banda dos pequeninos das Oficinas de S. José, que envergavam novos uniformes generosamente oferecidos pelo sr. António Pimenta, dedicado benfeitor desta instituição.

O edificio, exposto ao público, foi percorrido por numerosas centenas de vimaranenses, que com agrado admiraram o novo pavilhão, dois amplos e espaçosos salões, — obra que o Estado Novo largamente participou.

Promoveu a *Kermesse* a comissão de madrinhas das Oficinas de S. José.

PATROCINADO PELA
UNIÃO NACIONAL

João Ferreira das Neves

Rua de Santo António — Guimarães — Telefone 181

Apresenta para bem servir os seus estimados clientes como sempre os seguintes horários:

Carreira entre GUIMARÃIS e PORTO

Partidas de Guimarães
8 h., 12,30 e 18,15Partidas do Porto
8 h., 10,15 e 17

Carreira GUIMARÃIS — POVOA DE VARZIM

Partida de Guimarães
7,30 h.Partida da Fóvoa
17,30 h.

Carreira GUIMARÃIS — PEVIDEM

Partidas de Guimarães
7,35 h., 12 e 19Partidas de Pevidém
8 h., 12,30 e 19,30

Secretaria Judicial de Guimarães

Santa C. de Misericórdia de Guimarães

ANUNCIO

1.^a Publicação

No dia 19 do próximo mês de Abril, pelas 12 horas, à porta do Tribunal Judicial desta comarca, proceder-se-á à arrematação, em hasta pública, do imóvel em seguida mencionado, penhorado ao executado José Dias de Lima, casado, proprietário, do lugar da Toutinheira, freguesia de Tagilde, desta comarca, nos autos de execução por saldo de contas que lhe move o M.^{mo} Curador Geral dos Orfãos nesta comarca, e que será entregue a quem maior lance oferecer acima da avaliação:

Imóvel

Prédio composto de uma casa sobradada, telhada, com salas, cozinha e lojas, terra de horta com árvores de fruta, árvores avidadas e uma ramada de madeira e arame, sito no lugar do Souto da Cruz, freguesia de Tagilde, desta comarca, e descrito na Conservatória sob o n.º 16:995, do L.º B-50, a fls. 165. Vai à praça pela quantia de 5:000\$00.

Pelo presente são cita-

Movimento hospitalar no mês de Fevereiro de 1936

Hospital Geral de Santo António

Consultas no banco, 555; receitas abonadas a doentes externos, 403; parturientes recolhidas, 9; crianças nascidas, 9; sendo 6 do sexo masculino e 3 do sexo feminino.

Doentes existentes no último dia do mês de Janeiro, 91; doentes entrados durante o mês, 117; doentes saídos: curados, 70; melhorados, 45; no mesmo estado, 2; falecidos, 4. Ficaram existindo no último dia do mês de Fevereiro, 87.

Banhos dados no balneário, 124; operações de grande e pequena cirurgia, 55; curativos feitos no banco, 1.712; injecções aplicadas, 1.113; aplicações eléctricas, 514.

Hospital António Francisco Guimarães, em Vizela

Consultas no banco, 12; doentes existentes no último dia do mês de Janeiro, 15; doentes entrados durante o mês, 6; doentes saídos: curados, 2; melhorados, 1. Ficaram existindo no último dia do mês de Fevereiro, 18; operações de pequena cirurgia, 3.

Curativos feitos no banco, 39; injecções aplicadas, 36.

tados quaisquer credores incertos.

Guimarães, 23 de Março de 1936.

O chefe da 3.^a secção,
Luiz Candido Lopes.

Verifiquei:

O Juiz de Direito,
Artur Valente.